



Banco Finaxis S.A.

(CNPJ: 11.758.741/0001-52)

Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	5
Balancos Patrimoniais	9
Demonstrações do Resultado	10
Demonstrações do Resultado Abrangente	11
Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido	12
Demonstrações do Fluxo de Caixa – método indireto	13
Notas explicativas da Administração �s Demonstrações Contábeis	14

Relatório da Administração – Exercício 2025.

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração do Banco Finaxis S.A. (“Banco Finaxis”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com o que estabelece o Banco Central do Brasil.

2. RESULTADOS RELEVANTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as receitas operacionais do Banco Finaxis somaram R\$ 52.269 mil, apresentando um aumento de 0,09% em relação ao mesmo período de 2024, e no prudencial somaram R\$ 71.313 mil, apresentando uma redução de 3,24%, com relação ao mesmo período do ano anterior.

O Banco Finaxis manteve o total do Patrimônio Líquido administrado de R\$ 6,0 bilhões ao final de 2024 e R\$ 6,4 bilhões ao final de 2025. O Patrimônio Líquido custodiado atingiu o valor de R\$ 22,8 bilhões ao final de 2024 e R\$ 26,8 bilhões ao final de 2025.

No 2º semestre de 2025 o Banco Finaxis obteve um prejuízo de R\$ 269 mil, representando um aumento de R\$ 122 mil com relação ao mesmo período do ano anterior. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou resultado líquido negativo de R\$ 2.770 mil, representando uma variação de R\$ 4.329 mil em relação ao resultado observado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esse desempenho reflete, principalmente, despesas não operacionais e efeitos tributários de natureza não recorrente, estes últimos reconhecidos em controlada e refletidos no resultado por meio da equivalência patrimonial.

3. CONTEXTO E PERSPECTIVAS

A inflação acumulada em 12 meses, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2025 em 4,26%. A taxa básica de juros (Selic) manteve ritmo de crescimento até o final do 1º semestre de 2025, estabilizando-se no patamar de 15,00%. A manutenção de taxas de juros em patamares elevados em 2025 foi fortemente influenciada pela persistência de inflação fora do intervalo da meta, tendência esta que se modificou a partir do final do ano, sinalizando início de processo de convergência para o centro da meta e abrindo espaço para eventual redução da taxa básica de juros a partir de 2026.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2025, divulgado pelo IBGE em março de 2026, foi de 2,3%, valor inferior aos 3,4% registrados em 2024.

Segundo o Boletim Focus do Banco Central publicado em 6 de março de 2026, a expectativa para o PIB em 2026 é de 1,82%, e a projeção para a inflação (IPCA) é de 3,91%. Em relação à taxa básica de juros (Selic), a previsão é de que ela atinja 12,00% ao final de 2026.

No âmbito regulatório, já está em pleno vigor a Resolução CVM 175 para todos os fundos. Essa norma dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços a esses fundos. Diversos desafios de implementação foram superados com sucesso, e a Administração tem grande expectativa de que esse novo marco regulatório trará diversas oportunidades de crescimento para o mercado de capitais.

Em 1º de janeiro de 2025, também entrou em vigor a Resolução CMN 4.966, a qual exigiu do Banco Finaxis a adequação de seu plano de contas à nova regulação. Esse projeto foi implementado com sucesso, de modo que o Banco Finaxis está agora plenamente adaptado a essa resolução.

Por fim, o Banco Finaxis continua muito atuante no mercado de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), entendendo que é fundamental manter o ritmo acelerado de investimentos em tecnologia e inovação.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Banco Finaxis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Finaxis S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Finaxis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Pagamentos a ressarcir

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 8 e nº 27 às demonstrações financeiras, que tratam do saldo registrado na rubrica “Pagamentos a ressarcir”, no montante de R\$ 10.000, decorrente de sinistro em análise junto à seguradora e demais partes envolvidas. Conforme descrito nas referidas notas, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não houve definição quanto ao recebimento dos valores pleiteados, tampouco negativa definitiva por parte da seguradora, permanecendo incerteza relevante quanto à sua recuperabilidade. Adicionalmente, foi comunicada ao Banco Central do Brasil a possibilidade de reconhecimento de perda integral do referido saldo em período subsequente, caso persistam as condições atuais. A Administração avaliou os potenciais impactos sobre os indicadores prudenciais e informou que adotará as medidas cabíveis, se necessário. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e semestre findo em 30 de junho de 2024

As demonstrações contábeis da Instituição correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e semestre findo em 30 de junho de 2024 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram, respectivamente, em 25 de março de 2025 e 23 de agosto de 2024, relatórios de auditoria sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

Banco Finaxis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo circulante		<u>45.404</u>	<u>38.415</u>
Disponibilidades	4	5	6
Instrumentos financeiros	5	<u>21.485</u>	<u>20.608</u>
Carteira própria		21.485	20.608
Relações Interfinanceiras	6	<u>9.636</u>	<u>12.359</u>
Créditos vinculados		9.636	12.359
Outros créditos		<u>13.861</u>	<u>5.038</u>
Rendas a receber	7	5.037	8.080
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(1.638)	(4.678)
Créditos Tributários	8	309	1.114
Diversos	8	10.153	522
Outros valores e bens		<u>417</u>	<u>404</u>
Despesas antecipadas		417	404
Ativo realizável a longo prazo		<u>2.776</u>	<u>2.643</u>
Outros créditos	8	<u>2.776</u>	<u>2.643</u>
Créditos Tributários LP		2.473	1.001
Diversos LP		303	1.642
Ativo não circulante		<u>8.911</u>	<u>12.051</u>
Investimentos		<u>5.311</u>	<u>10.901</u>
Participações em coligadas e controladas	9	5.311	10.901
Imobilizado de uso	10	<u>245</u>	<u>135</u>
Outras imobilizações de uso		3.526	3.358
(Depreciações acumuladas)		(3.281)	(3.223)
Direito de uso	11	<u>2.649</u>	<u>-</u>
Direito de uso - Arrendamento		3.350	-
(-) Depreciações acumuladas		(701)	-
Intangível	12	<u>706</u>	<u>1.015</u>
Ativos intangíveis		3.088	3.554
(Amortizações acumuladas)		(2.382)	(2.539)
Total		<u><u>57.091</u></u>	<u><u>53.109</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Passivo circulante		36.962	27.444
Depósitos		10.005	23.148
Depósitos à vista	13	10.005	23.148
Outros instrumentos de dívida		21.474	-
Instrumentos de Dívida com Cláusulas de Subordinação	14	21.474	-
Obrigações p/ empréstimos e repasses		823	-
Arrendamento		823	-
Outras obrigações		4.660	4.296
Sociais e estatutárias		-	390
Fiscais e previdenciárias	15	1.156	775
Diversas	16	3.504	3.131
Exigível a longo prazo		2.573	2.115
Outras obrigações		2.573	2.115
Arrendamento		1.892	-
Diversas LP	16	681	2.115
Patrimônio líquido		17.556	23.550
Capital social	17	17.956	17.956
Reserva legal		1.261	1.261
Reservas especiais de lucros		-	4.238
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		(1)	95
Prejuízos Acumulados		(1.660)	0
Total		<u>57.091</u>	<u>53.109</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025		2024
		2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		2.681	3.877	3.446
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		1.230	2.062	1.383
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.451	1.815	2.063
Despesas da intermediação financeira		(1.608)	(1.669)	(25)
Operações de captação no mercado		(1.483)	(1.499)	(25)
Despesa financeira de arrendamento		(125)	(170)	
Resultado bruto da intermediação financeira		1.073	2.208	3.421
Outras receitas/ (despesas) operacionais		(1.874)	(5.684)	(844)
Receitas de prestação de serviços	19	25.767	46.714	45.731
Despesas de pessoal	20	(12.081)	(23.546)	(22.668)
Outras despesas administrativas	21	(9.462)	(18.802)	(19.623)
Despesas de provisões PCLD		(12)	(17)	(95)
Despesas de provisões contingências		(72)	(144)	(1.753)
Despesas tributárias		(2.694)	(4.856)	(4.743)
Resultado de participações em coligadas e controladas		582	(1.632)	688
Outras receitas operacionais		562	1.096	1.654
Outras despesas operacionais	22	(4.464)	(4.497)	(35)
			-	
Resultado operacional		(801)	(3.476)	2.577
			-	
Resultado não operacional		5	9	27
Resultado antes da tributação sobre o resultado		(796)	(3.467)	2.604
Imposto de renda e contribuição social	23	527	697	(784)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	(64)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		527	697	(720)
Participações no lucro - empregados		-	-	(261)
Lucro (Prejuízo) do semestre / exercício		(269)	(2.770)	1.559
Nº de ações		17.955.577	17.955.577	17.955.577
Lucro/ (Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,01)	(0,15)	0,09

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	2025		2024
	2º semestre	Exercício	Exercício
Lucro (Prejuízo) do Semestre/Exercício	(269)	(2.770)	1.559
Parcela do sócio controlador - Lucro recorrente	(267)	(2.749)	1.547
Parcela do sócio controlador - Lucro não recorrente	-	-	-
Parcela dos não controladores - Lucro recorrente	(2)	(21)	12
Parcela dos não controladores - Lucro não recorrente	-	-	-
Instrumentos financeiros	(1)	(1)	96
(-) Ajustes de instrumentos financeiros	(1)	(1)	64
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	32
Total resultado abrangente	(270)	(2.771)	1.655
Parcela do sócio controlador	(268)	(2.750)	1.643
Parcela dos não controladores	(2)	(21)	12

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de valor patrimonial	Reserva de Lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	17.956	96	1.183	4.372	-	23.607
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.559	1.559
<i>Destinação do Lucro:</i>						
Dividendos propostos	-	-	-	-	(390)	(390)
Reserva Legal	-	-	78	-	(78)	-
Reserva de Lucros	-	-	-	1.091	(1.091)	-
Pagamentos de dividendos	-	-	-	(1.225)	-	(1.225)
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.956	95	1.261	4.238	-	23.550
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(2.770)	(2.770)
<i>Destinação do Lucro:</i>						
Dividendos propostos	-	-	-	19	-	19
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	(1.110)	1.110	-
Pagamentos de dividendos	-	-	-	(3.147)	-	(3.147)
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	(96)	-	-	-	(96)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.956	(1)	1.261	-	(1.660)	17.556
Mutações do exercício	-	(96)	-	(4.238)	1.660	(5.994)
Saldos em 30 de junho de 2025	17.956	-	1.261	1.110	(2.501)	17.826
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(269)	(269)
<i>Destinação do Lucro:</i>						
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	(1.110)	1.110	-
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>17.956</u>	<u>(1)</u>	<u>1.261</u>	<u>-</u>	<u>(1.660)</u>	<u>17.556</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Finaxis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre	Exercício	
	2025	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro / (Prejuízo) do semestre/exercício	(269)	(2.770)	1.559
Ajustes ao lucro/ (prejuízo)	(4.823)	(1.945)	1.809
Depreciações e amortizações	164	367	439
Equivalência patrimonial	(582)	1.632	(688)
Constituição/ reversão de crédito tributário	(528)	(698)	720
Provisão para devedores duvidosos	(3.502)	(3.040)	650
Provisão para passivos contingentes	(928)	(856)	689
Instrumentos financeiros classificados como VJORA	(1)	(96)	(1)
Depreciações direiro de uso - Arrendamento	429	701	
Despesa financeira de arrendamento	125	45	
Variações em ativos e passivos	5.384	7.447	(3.238)
Aumento/ (redução) em títulos e valores mobiliários	(21.486)	(878)	(2.064)
Aumento/ (redução) em relações interfinanceiras	2.542	2.723	(2.021)
Aumento/ (redução) em outros créditos	9.185	(5.219)	1.205
Aumento/ (redução) em outros valores e bens	322	(13)	60
Aumento/ (redução) em depósitos a vista	(6.530)	(13.143)	2.522
Aumento/ (redução) em outras obrigações	259	(212)	(2.940)
Aumento/(Redução) passivo de arrendamento	(382)	2.715	
Aumento/(Redução) outros instrumentos de dívida	21.474	21.474	
Caixa líquido gerado das/ (aplicado nas) atividades operacionais	292	2.732	130
Atividades de investimento			
(Aquisição)/baixas de imobilizado de uso	(168)	(3.518)	-
(Aplicações)/baixas no intangível	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(168)	(3.518)	-
Atividades de financiamento	(125)	785	(130)
Provisão pagamento de dividendos	-	-	(390)
Pagamento de Dividendos	-	(3.128)	(1.225)
Provisão recebimento de Dividendos	-	-	172
Recebimento de dividendos	-	3.958	1.313
Pagamento passivo de arrendamento	- 125	(45)	
(Redução)/ aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa	(1)	(1)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercício	6	6	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/ exercício	5	5	6
(Redução)/ aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa	(1)	(1)	-
	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Finaxis S.A. (“Banco”), é uma sociedade anônima de capital fechado e organizado sob a forma de banco comercial, situado a Rua Pasteur, 463 11º andar, Água Verde, Curitiba – PR. O Banco é controlado pela Holding Finaxis S.A. (99,25%) e em conjunto com sua subsidiária Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“CTVM”) que tem por objeto social entre outras atividades: comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimentos e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e/ ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), formam juntos o conglomerado Financeiro FINAXIS. O Banco Finaxis opera como banco comercial e atua no mercado financeiro principalmente com a prestação de serviços de administração, custódia, controladoria, contabilidade e estruturação de fundos e negociações de operações de créditos

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando-se as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As demonstrações contábeis passaram a serem elaboradas segundo os critérios instituídos pela Resolução BCB Nº 4.818 de 25 de maio de 2020 e a Resolução BCB Nº 2 de 12 de agosto de 2020, que tratam dos conceitos gerais para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 (R2) pronunciamento conceitual básico “Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – financeiro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- b) CPC 01 “Redução ao valor recuperável de ativos”, homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008”;
- c) CPC 02 “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”, regulamentada pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- d) CPC 03 “Demonstrações do fluxo de caixa”, homologado pela Resolução CMN nº 4.720 /2019;
- e) CPC 04 “Ativo Intangível”, homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- f) CPC 05 “Divulgação de partes relacionadas”, homologado pela Resolução CMN nº 4.636/2018;
- g) CPC 06 (R2) “Arrendamentos”, homologado pela Resolução CMN nº 4.695/2018;
- h) CPC 10 “Pagamento baseado em ações”, homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- i) CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro”, homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- j) CPC 24 “Contabilização e divulgação de eventos subsequentes”, homologação pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- k) CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- l) CPC 27 “Ativo imobilizado, homologado pelo BACEN, através da Resolução CMN nº 4.535/2016;
- m) CPC 33 (R1) “Benefícios a Empregados”, homologado pela Resolução CMN nº 4.877/2020.
- n) CPC 41 “Resultado por Ação”, homologado pela Resolução CMN nº 3.959/2019.
- o) CPC 46 “Mensuração ao valor justo”, homologado pela Resolução CMN nº 4748/2019.

Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021

Em 01 de Janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021, estabelecendo critérios contábeis específicos para instrumentos financeiros, incluindo o reconhecimento, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge.

O Banco Finaxis S.A. realizou estudo técnico no qual foram avaliadas, de forma integral, a Resolução CMN nº 4.966 e as políticas e procedimentos atualmente em vigor. A análise não identificou divergências entre as práticas atuais e as diretrizes estabelecidas pela nova norma em comparação com as anteriormente adotadas.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 31 de março de 2026.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4818/2020, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

c) Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Finaxis são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966 e são classificados os ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos nas seguintes categorias:

I - Categoria: Custo Amortizado

Os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

II - Categoria: Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- b) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

III - Categoria: Valor Justo no Resultado

Demais ativos financeiros.

No Banco Finaxis, todos os ativos financeiros são classificados a custo amortizado.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto:

- I - derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- II - passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- III - passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro;

IV - compromissos de crédito e créditos a liberar;

V - garantias financeiras prestadas;

No Banco Finaxis, todos os passivos financeiros são classificados a custo amortizado.

Receitas e Despesas

As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, pro rata temporis, utilizando-se o método de juros efetivos.

É vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

Baixas e Transferências

O Banco Finaxis realiza a baixa de um ativo financeiro quando:

I - os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou

II - o ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa nos termos da Resolução CMN nº 4.966.

d) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial.

e) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 10 que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

f) Benfeitorias em imóveis de terceiros

Os bens registrados nessa rubrica referem-se às benfeitorias em imóveis de terceiros que não podem ser registrados na rubrica Diferido – Benfeitorias em imóveis de terceiros a partir do exercício de 2015, conforme Resolução 4.535/2016 em virtude de legislação, foram depreciados pelo prazo de 5 anos, em virtude da expectativa de utilização do benefício da reforma no imóvel alugado.

g) Intangível

O ativo intangível é composto por ativos não monetários identificáveis sem substância física, de acordo com a Resolução nº 4.534/2016 do BACEN. Os valores registrados como ativo intangível são relativos a softwares, sendo que o Banco irá obter benefícios desses softwares em até cinco anos.

h) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

i) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, baseadas nos critérios definidos na BCB nº 319/2022 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões para riscos – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se às demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação fiscal;
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Operações de arrendamento mercantil

De acordo com o CPC 06 (R2) (IFRS 16), o Banco Finaxis possui contrato de aluguel de imóveis o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado

k) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no ano. A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2024 e 20% a partir de janeiro de 2024.

l) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata dia".

m) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

n) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

O Conglomerado Financeiro Finaxis elaborou uma política própria de PCLD para tratar da constituição de provisão sobre atrasos nos recebimentos de rendas a receber e despesas a reembolsar por parte dos fundos de investimento administrados. Essa provisão será constituída conforme quadro abaixo:

Atraso	Provisão
90 a 180 dias	10%
181 a 270 dias	40%
271 a 360 dias	60%
Acima de 360 dias	100%

Ficou estabelecido também que após 90 dias de atraso, as receitas deixam de ser alocadas no resultado e passem a serem lançadas em uma conta redutora do Ativo.

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer:

I - atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos; ou

II - indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

4. Disponibilidades

Foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2025	2024
Disponibilidades	5	6
Total	5	6

5. Títulos e valores mobiliários

Títulos disponíveis para venda	2025				2024	
	Sem vencimento em até 01 ano	Após 01 ano	Valor de mercado	Ajustes de MTM	Valor de mercado	Ajustes de MTM
Carteira própria						
Letras financeiras do tesouro (a)	21.485	-	21.485	(1)	20.608	64
Total	21.485	-	21.485	(1)	20.608	(64)

(a) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco Finaxis mantém junto ao Banco Central o montante de R\$ 430 (R\$ 446 em 2024) referente ao recolhimento compulsório de microcrédito e R\$ 9.206 (R\$ 11.913 em 2024) referente a depósitos voluntários.

7. Outros créditos – rendas a receber

	2025	2024
Dividendos a Receber	-	172
Administração de fundos	462	411
Custódia de valores	2.330	4.759
Controladoria e contabilidade de fundos de investimentos	1.390	1.778
Outras	855	960
PCLD	(1.638)	(4.678)
Total	3.399	3.402

	2025	2024
Atraso de 90 a 179 dias	164	683
Atraso de 180 a 269	57	363
Atraso de 270 a 359 dias	41	363
Atraso acima de 360 dias	1.376	3.269
Total	1.638	4.678

Movimentação

	12/2025	12/2024
(=) Saldo inicial	4.678	4.567
(+) Provisões constituídas	12	82
(-) Provisões revertidas	(6)	(115)
(+) Estagnações constituídas	954	144
(-) Estagnações revertidas	(4.000)	-
(=) Saldo final	1.638	4.678

8. Outros créditos – diversos e depósitos judiciais

	2025	2024
Outros créditos diversos - circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	66	60
Créditos tributários (Nota 20c)	309	1.114
Impostos e contribuições a compensar	42	450
Pagamentos a ressarcir (a)	10.040	10
Devedores Diversos	5	2
Total circulante	10.462	1.636
Outros créditos diversos - longo prazo		
Créditos tributários (Nota 20c)	2.473	1.001
Depósitos judiciais	303	1.642
Total realizável longo prazo	2.776	2.643

(a) Refere-se substancialmente a valores a receber relacionados a processo de ressarcimento junto à seguradora, decorrente de sinistro ocorrido, no montante de R\$ 10 milhões, cujo pleito encontra-se em andamento na data-base de 31 de dezembro de 2025. O tema vem sendo acompanhado pela Administração em interlocução com o Banco Central do Brasil (BACEN), conforme comunicações anteriores realizadas ao regulador, incluindo manifestação formal por meio do Ofício nº 36846/2025-BCB/DESUP, de 31 de dezembro de 2025, no qual foi admitida a postergação do prazo para eventual reconhecimento de perda associada ao referido saldo até junho de 2026.

No âmbito dessas interações, e em atendimento a solicitações anteriores do regulador, foi apresentada nota técnica elaborada pela área contábil do Banco, na qual foram expostos os fundamentos que suportam o tratamento contábil adotado, bem como o histórico das interações mantidas entre o Banco, a seguradora e a corretora no processo de regulação do sinistro, considerando tratar-se de direito de ressarcimento decorrente de evento já ocorrido, não configurado como ativo contingente, e a inexistência de negativa definitiva por parte da seguradora.

A Administração permanece acompanhando a evolução do tema e avaliando continuamente sua recuperabilidade.

Adicionalmente, a rubrica contempla valores de despesas de cartório, correios, transportes de documentos, taxas e impostos relacionados a fundos ativos, incorridos pelo Banco, posteriormente objeto de solicitação de reembolso.

9. Investimentos

Conforme Nota Explicativa nº 1, em 30 de setembro de 2011, a Corretora tornou-se subsidiária do Banco e o saldo de investimento, composto pela participação na Corretora, é conforme quadro a seguir:

	2025	2024
Informações sobre a controlada:		
Número de ações de capital	5.930	5.930
Patrimônio líquido	5.311	10.901
Capital social	5.930	5.930
Reserva legal e de lucro	531	4.971
Prejuízos acumulados	(1.150)	
Informações sobre o investimento na controlada		
Número de ações possuídas	5.930	5.930
Percentual de participação (%)	100	100

Movimentação dos investimentos no exercício

Saldo inicial	10.901	11.699
Resultado de equivalência patrimonial	(1.632)	688
Recebimento de dividendos	(3.958)	(1.314)
Provisão recebimento de dividendos	-	(172)
Saldo final	5.311	10.901

Abaixo, apresentamos um sumário das demonstrações contábeis da controlada:

Controlada	2025		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Finaxis CTVM	10.031	4.720	5.311

Controlada	2024		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Finaxis CTVM	15.605	4.704	10.901

10. Imobilizado

	2025				2024
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação	Valor residual	Valor residual
	Móveis e equipamentos	10%	493	(468)	25
Equipamentos de processamento de dados	20%	2.113	(1.895)	218	96
Equipamentos de comunicação	20%	89	(88)	1	2
Equipamentos de segurança	10%	25	(24)	1	2
Benfeitorias em Imóveis terceiros	10%	806	(806)	-	-
Total		3.526	(3.281)	245	135

Movimentação

	2025	2024
(=) Saldo inicial em 31 de dezembro	135	260
(+) Aquisições	168	-
(-) Depreciações	(58)	(125)
(=) Saldo final	245	135

11. Arrendamento

Como arrendatária, o grupo Finaxis arrenda equipamentos para uso de suas operações. De acordo com o CPC 06 (R2), o Finaxis reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento com base no valor presente dos pagamentos remanescentes dos contratos, descontado pela taxa de juros nominal correspondente às cotações de mercado, de acordo com o prazo de contrato.

A seguir apresentamos os saldos dos arrendamentos operacionais:

Ativos de direito de uso

(=) Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	-
Adição de Direito de uso	3.350
(-) Depreciações	(701)
Total	2.649

Passivos de arrendamento

(=) Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	-
Adição de Direito de uso	3.350
(-) Pagamentos	(805)
(+) Despesa financeira de arrendamento	170
Total	2.715

O vencimento deste passivo financeiro em 31 de dezembro de 2025 está dividido da seguinte forma: R\$ 823 mil até 1 ano (R\$ 0 até 1 ano em 31 de dezembro de 2024), R\$ 1.892 mil entre 1 a 5 anos (R\$ 0 entre 1 a 5 anos em 31 de dezembro de 2024).

12. Intangível

	2025			2024	
	Taxa de amortização	Custo	Amortização	Valor residual	Valor residual
Software	20%	3.088	(2.382)	706	1.015
Total		3.088	(2.382)	706	1.015

Movimentação

	2025	2024
(=) Saldo inicial	1.015	1.328
(+) Aquisições	-	-
(-) Amortizações	(309)	(313)
(=) Saldo final	706	1.015

13. Depósitos à vista

	Banco	
	2025	2024
Pessoas físicas (a)	1	1
Pessoas jurídicas – Ligadas (a)	855	8.389
Pessoas jurídicas – Não ligadas (a)	5.923	6.698
Pessoas jurídicas – Depósitos vinculados (a)	3.226	8.060
Total	10.005	23.148

(a) Passivos Financeiros mensurados a custo amortizado.

14. Instrumentos de Dívida com Cláusulas de Subordinação

(=) Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	-
Emissão letra financeira subordinada	20.000
(+) Juros letras financeiras	1.474
Total	20.174

Em 1º de julho de 2025, o Banco Finaxis S.A. realizou captação de R\$ 20 milhões por meio de emissão de Letra Financeira Subordinada Complementar (LFSC), em conformidade com a Resolução BCB nº 122/2021. A operação contribui para o reforço dos índices de liquidez e dos índices de capital regulatório mínimo do Banco, em linha com os requerimentos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen).

15. Outras obrigações – fiscais e previdenciárias

	Banco	
	2025	2024
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	49	42
Impostos e contribuições sobre salários	355	288
PIS e Cofins	189	178
ISS a Recolher	181	177
Impostos retidos a recolher (a)	302	68
Imposto de renda sobre aplicações financeiras (Fundo imobiliário)	50	22
Retenções fundos adm - IOF	30	-
Total	1.156	775

(a) Representado por valores a recolher relativos à retenção de clientes que são recolhidos no CNPJ do Banco no papel de administrador.

16. Outras obrigações – diversas e passivos contingentes

	Banco	
	2025	2024
Outras obrigações diversas - Circulante		
Obrigs. p/ aquisição de bens e direitos	168	-
Despesas de pessoal a pagar	937	954
Outras despesas administrativas (b) (c)	228	300
Cretores diversos - País (a) (c)	2.171	1.877
Total	3.504	3.131
Outras obrigações diversas - Longo prazo		
Passivos contingentes (b)	681	2.115
Total	681	2.115

(a) Representado substancialmente pelo ressarcimento de despesas de infraestrutura para a Holding Finaxis S.A.;

- (b) Em 31 de dezembro de 2025, as contingências passivas no Banco classificadas como perdas prováveis são no valor total de R\$ 681, representadas por processos:
- i) trabalhistas que somam R\$ 575 (ações relativas a questões trabalhistas da categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros); e
 - ii) administrativos que somam R\$ 106 (processos que aguardam julgamento e não afetam representativamente o resultado e as operações da Instituição).

(c) *Passivos Financeiros mensurados a custo amortizado.*

A seguir, composição das provisões para contingências por natureza:

	2025	2024
Ações trabalhistas	575	1.922
Ações cíveis	106	193
Total	681	2.115

Movimentação

	2025	2024
(=) Saldo inicial	2.115	3.291
(+) Constituições	117	2.401
(-) Baixas	(1.551)	(3.577)
(=) Saldo final	681	2.115

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, as contingências passivas no Banco classificadas como perdas possíveis são no valor total de R\$ 167 (R\$ 20 em 2024), representadas por processo administrativo que somam R\$ 167 que neste momento não afeta representativamente o resultado e as operações da Instituição.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 por 17.955.577 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados na constituição da reserva legal, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o Artigo 193. da Lei nº 6.404/76 das sociedades por ações, até o limite de 20% do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2025 o Banco possuía registrado o montante de R\$ 1.261 (R\$ 1.183 em 2024) em reserva legal.

b.2) Reserva de contingência

O estatuto social do Banco prevê que a diretoria poderá destinar parte do lucro líquido à formação de reserva para contingência. Em dezembro de 2025 e 2024 não houve destinação do lucro para reserva de contingência.

b.3) Reserva estatutária

Conforme Art. 25 do estatuto social do Banco é determinado que o saldo do lucro líquido do exercício, após as distribuições de reserva legal, reserva de contingência e pagamento de dividendos, será transferido para conta de reserva de lucros - reserva estatutária, ficando à disposição da assembleia geral. Por proposta da diretoria, a assembleia geral poderá manter naquela conta, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível o desenvolvimento das operações ativas do Banco. Em 31 de dezembro de 2025 o Banco possuía registrado o montante de R\$ 1.110 (R\$ 3.147 em 2024) em reservas estatutárias.

c) Dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do Artigo 202. Da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por ações. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram pagos dividendos de R\$ 390 (R\$ 437 em 2024).

18. Partes relacionadas

a) Partes relacionadas

As partes relacionadas são elencadas conforme relação a seguir:

- Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.;
- Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (no individual) – Controlada;
- Petra Asset Gestão de Investimento Ltda.; e
- Holding Finaxis S.A. – Controladora.

b) Principais saldos e resultados de transações com partes relacionadas:

b.1) Remuneração da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram registrados benefícios de curto prazo a título de remuneração no montante de R\$ 356 (R\$ 360 em 2024) referente à despesas de rateio da Holding.

b.2) Demais transações

não 7.465 Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 4.818/2020 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições negociadas entre as partes, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	2025		2024	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Total	(1.580)	(16.710)	(8.903)	(17.860)
Finaxis CTVM S.A.	-	-	(7.465)	-
Holding Finaxis S.A. (*)	(1.580)	(16.710)	(1.438)	(17.860)

(*) Representado pelo ressarcimento de custos e despesas por uso compartilhado de infraestrutura administrativa para a Holding Finaxis S.A.

19. Receita de prestação de serviços

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Administração de fundos	2.647	4.922	4.559
Custódia de valores	11.918	20.325	19.427
Serviços de lastro	733	1.343	1.341
Serviços de NF-E	104	190	177
Controladoria e contabilidade dos fundos de investimentos	5.627	10.340	10.411
Tarifas bancárias	1.681	3.290	3.642
Cessão digital	-	-	173
Tarifa de exceção	672	1.370	1.199
Escrituração	2.375	4.912	4.744
Outras	10	22	58
Total	25.767	46.714	45.731

20. Despesas de pessoal

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Remuneração	7.206	14.059	13.474
Encargos	2.353	4.630	4.604
Benefícios	2.508	4.823	4.466
Treinamentos	14	34	124
Total	12.081	23.546	22.668

21. Outras despesas administrativas

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas de água, energia e gás	24	46	49
Despesas de aluguéis	242	483	825
Despesas de comunicação	4	7	7
Patrocínio	134	150	101
Despesas de manutenção e conservação de bens	7	15	65
Despesas de material	38	51	48
Despesas de processamento de dados (a)	5.656	11.935	12.745
Despesas de promoções e relações públicas	76	83	82
Despesas de propaganda e publicidade	3	3	4
Despesas de publicações	0	1	0
Despesas de seguros	114	275	313
Despesas de serviços do sistema financeiro	143	250	284
Despesas de serviços de terceiros	154	277	128
Despesas de serviços técnicos especializados (b)	1.865	3.457	3.959
Despesas de transportes	12	18	15
Despesas de viagens	37	70	68
Despesas de depreciação e amortização	593	1.068	439
Outras despesas administrativas (c)	360	613	491
Total	9.462	18.802	19.623

- (a) Referem-se substancialmente às mensalidades dos módulos e aplicativos (Matera, Maps, Serasa, Sinacor, Unisistemas, entre outras) utilizados tanto no Banco como no Consolidado, para desenvolvimento e controle das atividades das empresas, entre elas administração, custódia e controladoria dos fundos;
- (b) No 2º semestre/2025, as despesas de serviços técnicos especializados referem-se substancialmente a serviços de consultoria no montante de R\$ 1.353 (R\$ 1.062 em 2024), e a utilização de serviços jurídicos, assessoria em recursos humanos e auditoria no montante de R\$ 512 (R\$ 607 em 2024);
- (c) Representado substancialmente pela contribuição a associações (ANFAC, ABVCAP e Anbima) e condomínio.

22. Outras despesas operacionais

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Outras despesas operacionais	-	-	15
Falhas de processos - fundos inativos	12	17	-
Falha gerenciamento de prazos	-	28	5
Outras despesas com perdas operacionais	4452	4.452	15
Total	4.464	4.497	35

23. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

As demonstrações do imposto de renda e da contribuição social correntes incidentes sobre as operações são assim apresentadas:

Imposto de renda	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	(796)	(3.467)	2.604
Adições (exclusões)	(1.154)	634	(2.347)
Brindes	6	9	40
Exposições a Congressos	-	-	5
Prov. passivo contingentes	72	143	1.753
Multas CVM/Anbima/Bovespa	-	-	5
Ressarcimento de infra cto rateio	150	190	58
Patrocínio	73	88	100
PDD	12	17	95
Salário maternidade	68	141	87
Depreciação - arrendamento	429	701	-
Despesa financeira de arrendamento	125	170	-
Equivalência patrimonial	(582)	1.632	(688)
Reversão PDD	-	-	(200)
Reversão de passivo contingente	(71)	(109)	(15)
Pagamentos de arrendamento	(507)	(805)	-
Parte B	(929)	(1.543)	(3.319)
Outras	-	-	(261)
PAT em dobro	-	-	(7)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal	(1.950)	(2.833)	257
Prejuízo fiscal compensado até a competência	(1.950)	(2.833)	2.560

Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal	(2.483)	(2.483)	77
Saldo de prejuízo fiscal acumulado até 31/12	(4.433)	(5.316)	2.483
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal.	-	-	180
Imposto de renda	-	-	27
Imposto de renda 15%	-	-	27
Adicional de imposto de renda 10%	-	-	-
Imposto de renda diferido	293	388	400
Total imposto de renda	293	427	427

	2025		2024
	2º Semestre	Exercício	
Contribuição social			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	(796)	(3.467)	2.604
Adições (exclusões)	(1.154)	634	(2.347)
Brindes	6	9	40
Exposições a Congressos	-	-	5
Prov. passivo contingentes	72	143	1.753
Multas CVM/Anbima/Bovespa	-	-	5
Ressarcimento de infracto rateio	150	190	58
Patrocínio	73	88	100
PDD	12	17	95
Salário maternidade	68	141	87
Depreciação - arrendamento	429	701	-
Despesa financeira de arrendamento	125	170	-
Outras	(582)	1.632	-
Equivalência patrimonial	-	-	(688)
Reversão PDD	(71)	(109)	(200)
Reversão de passivo contingente	(507)	(805)	(15)
Parte B	(929)	(1.543)	(3.319)
Outras	-	-	(261)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal	(1.950)	-	264
Prejuízo fiscal compensado até a competência	(1.950)	(2.833)	2.560
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal	(2.483)	(2.833)	79
Saldo de prejuízo fiscal acumulado até 31/12	(4.433)	(4.433)	2.481
Base de cálculo após as compensações de prejuízo fiscal.	-	-	185
Contribuição social sobre o lucro líquido 20%	-	-	37
Contribuição Social diferido	234	309	320
Total contribuição Social	234	309	357

b) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2025	2024
	2º semestre	Exercício
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Impostos diferidos		
Imposto de renda e contribuição social	527	697
Total	527	697

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

A Administração do Banco Finaxis S.A., realizou estudo de créditos tributários e concluiu que os créditos tributários serão realizados nos seguintes conforme abaixo:

Banco

	Créditos tributários			Saldo atual
	Saldo anterior	Adições	Baixas	
Prejuízo Fiscal	32	-	(32)	-
Provisão para contingênci sobre adições e exclusões temporárias	2.083	2.716	(2.017)	2.782
Total	2.115	2.716	(2.049)	2.782

Apresentamos abaixo a expectativa anual de realização dos créditos tributários:

Banco

Ano de realização	Valor
2026	309
2027	1.158
2028	1.315
Total	2.782

24. Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios de 2025 e de 2024, o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

25. Gerenciamento de Riscos e Capital

O Finaxis acredita que o gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital são fundamentais para a instituição crescer de forma sustentável e rentável.

Para garantir a adequação e eficácia, a Diretoria de Riscos e Conformidade, que atua de forma independente, é responsável por coordenar as atividades que tangem estas estruturas.

O gerenciamento e o monitoramento dos riscos do Finaxis são realizados por meio de políticas, estratégias, sistemas e controles, alinhados às diretrizes e ao apetite de riscos definidos pela Alta Administração.

As descrições completas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital estão disponíveis no Relatório de Pilar 3, localizado nos sítios:

Do Banco Finaxis S.A.: <https://finaxis.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/>; e

Da Finaxis CTVM S.A.: <https://corretora.finaxis.com.br/quem-somos/gestao-de-riscos/>.

Abaixo segue descrição sucinta do gerenciamento de riscos e capital do Finaxis.

a) Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga os riscos a que a instituição esteja sujeita de maneira relevante.

Risco de liquidez

Risco de liquidez consiste em:

A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Nos critérios e procedimentos aprovados pela Alta Administração, são determinadas as diretrizes de reserva mínima de liquidez, plano de contingência de liquidez para curto e longo prazo e tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis.

Risco de mercado

Risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

Atualmente o Finaxis atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de serviços para fundos de investimento. Essa estratégia permite a manutenção de níveis baixos de exposição com relação ao risco de mercado.

Os instrumentos detidos pelo Finaxis são, em sua completude, classificados na carteira bancária.

Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

Não cumprimento pelo tomador ou contraparte de obrigações financeiras nos termos pactuados;

Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;

Reestruturação de instrumentos financeiros; e

Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atualmente, o risco de crédito do Finaxis é considerado imaterial, devido à atividade desenvolvida. O risco de crédito é hoje proveniente de operações que representam baixo risco, sendo elas, basicamente, operações compromissadas e títulos públicos federais.

Risco operacional

Risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

No Finaxis, o risco operacional é o risco de maior potencial de perdas, devido às atividades desenvolvidas nos negócios. A instituição possui políticas e procedimentos para identificação, classificação, avaliação, controle, monitoramento e tratamento dos riscos operacionais.

A Diretoria de Riscos e Conformidade tem a missão de implantar e coordenar a estrutura de avaliação de riscos operacionais, prestando o devido suporte, garantindo um gerenciamento de riscos eficaz, visando reduzir as perdas operacionais e fortalecer o ambiente de controles.

b) Gerenciamento de Capital

Gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.
- No Finaxis, a estrutura de gerenciamento de capital é abrangida por:
- Políticas e estratégias, claramente documentadas, que estabeleçam procedimentos destinados a manter o PR, o Nível I e o Capital Principal, de que trata a Resolução CMN nº 4.955, em níveis compatíveis com os riscos incorridos e com o requerimento mínimo regulamentar;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital;
- Avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- Plano de capital;
- Avaliação da adequação de capital; e
- Relatórios gerenciais tempestivos para o comitê CCRC.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, em junho de 2023 os requerimentos mínimos para o Finaxis de PR, Nível I e Capital Principal correspondiam à 8%, 6% e 4,5% do montante do RWA, respectivamente, e um Adicional de Capital Principal correspondente à 2,5% do montante do RWA. Além disso, de acordo com a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, em junho de 2025 o Finaxis também observou um requerimento de PR mantido para a cobertura do IRRBB correspondente à cerca de 0,34% do montante do RWA.

O Finaxis possui controles bastante eficazes para o monitoramento dos limites impostos pela regulamentação em vigor. Atualmente, o seu capital é composto pelo capital social de controladores e não controladores e por letra financeira subordinada, ou seja, pelo Capital Nível I.

Para o cumprimento dos objetivos do gerenciamento de capital, são estabelecidas diversas diretrizes que devem nortear os processos e a estrutura de gerenciamento de capital deve prover à Alta Administração subsídios para a tomada de decisão.

Os dados abaixo demonstram a situação do Finaxis sobre os requerimentos mínimos de capital, em relação a dezembro de 2025 e ao período precedente.

Valores em milhares - R\$	Dez-25	Dez-24
Patrimônio de referência	35.932	21.418
Nível I	35.932	21.418
Capital principal	14.458	21.418
Capital complementar	21.474	-
Nível II		-
RWA (ativos ponderados pelo risco)	132.666	133.521
Crédito – RWACPAD	23.533	13.797
Mercado – RWAMPAD		-
Operacional – RWAOPAD	109.134	119.723
Índice de Basileia	27,08%	16.04%

Desta forma, observa-se o cumprimento do Finaxis aos requerimentos de capital previstos na regulamentação em vigor.

O descumprimento pode acarretar adoção de medidas prudenciais preventivas pelo Banco Central do Brasil, descritas na Resolução CMN nº 4.019 de 29 de setembro de 2011.

26. Resultados recorrentes e não recorrentes

Em atendimento à Resolução BCB No 2 de 12 de agosto de 2020, a administração informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os resultados apurados são oriundos de operações recorrentes, não sendo identificado resultados não recorrentes.

27. Eventos subsequentes

Após a data-base das demonstrações contábeis, e conforme comunicações anteriores ao Banco Central do Brasil, o Banco Finaxis S.A. manteve o acompanhamento das tratativas administrativas relativas ao sinistro que deu origem ao saldo registrado na conta "Pagamentos a Ressarcir", no montante de R\$ 10.000, permanecendo em interação com a seguradora e demais partes envolvidas.

Considerando que, até o momento, não houve definição quanto ao recebimento dos valores pleiteados, bem como a inexistência de negativa definitiva por parte da seguradora, foi comunicado ao Banco Central do Brasil, em 20 de março de 2026, que será realizado o reconhecimento da baixa contábil integral do referido saldo em 31 de março de 2026, caso persistam as condições atuais.

A Administração avaliou os eventuais impactos decorrentes dessa baixa sobre os indicadores prudenciais da instituição e, se necessário, adotará as medidas cabíveis para recomposição dos níveis mínimos regulatórios de capital, incluindo a realização de aporte pelos acionistas. Permanecem em curso as medidas voltadas à recuperação dos valores envolvidos, por meio da adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

* * *